

Equipe de Lula vai propor PEC que permita gasto extra



O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (de gravata rosa), durante reunião com senadores Adriano Machado/Reuters

Lula vai propor 'PEC da transição' para autorizar gastos extras em 2023

Valor da fatura ainda não está definido, mas prioridade é garantir continuidade de benefícios sociais

Ídiana Tomazelli, Julia Chaib e Thiago Resende

BRASÍLIA A equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), acertaram nesta quinta (3) a apresentação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para autorizar despesas acima do teto de gastos —incluindo a continuidade do benefício mínimo de R\$ 600 do Auxílio Brasil.

A chamada "PEC da transição" é necessária para evitar um apagão social em 2023, já que a proposta de Orçamento enviada em agosto pelo governo Bolsonaro assegura apenas um valor médio de R\$ 405,21 no Auxílio Brasil, além de impor cortes severos em programas habitacionais e também no Farmácia Popular.

"Decidimos levar aos líderes partidários a ideia de aprovarmos uma PEC, em caráter emergencial, de transição deste governo para o próximo governo, excepcionando o teto de gastos algumas despesas que são inadiáveis, por exemplo o Bolsa Família [Auxílio Brasil] no valor de R\$ 600", disse Castro.

O valor dessa fatura extra ainda será definido em reuniões técnicas nos próximos dias. Intercelutor do PT nas negociações do Orçamento, o ex-governador do Piauí e senador eleito Wellington Dias disse que citará agora qualquer cifra agora seria especulativo. "É chutômetro", afirmou após sair de uma das diversas reuniões sobre o tema nesta quinta.

O deputado Emílio Verrini (PT-PR), que também participou da reunião, disse que o texto da PEC não deve trazer um valor específico de licença para gastar — que vem sendo chamada de "waiver" pelo mercado financeiro. As cifras específicas constariam apenas no projeto de lei do Orçamento, a ser modificado por Castro.

"A PEC diz que, para o ano que vem, haverá exceção para algumas políticas, que serão citadas", afirmou o deputado.

Wellington Dias também afirmou que a PEC não trará um limite explícito para essas

despesas, mas negou que isso represente um "cheque em branco". "Não é um cheque em branco porque tem uma definição de valores a partir da lei orçamentária", disse.

As discussões dos detalhes devem continuar nos próximos dias. O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) disse que o plano é submeter as propostas a Lula na segunda (7), para apresentação de uma minuta da PEC ao relator do Orçamento já na terça (8). "A PEC será apresentada terça-feira. Vamos trabalhar no formato, valor, quem será o autor".

Em entrevista à Folha na terça (1ª), Castro disse que a fatura deve ser de pelo menos R\$ 100 bilhões. Dentro da campanha já circulariam valores até maiores, entre R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões, mas os

presentes à reunião afirmaram ser precipitado cravar qualquer cifra antes do encontro da semana que vem.

O tamanho da conta das promessas é acompanhado de perto pelo mercado financeiro, que teme uma expansão fiscal exagerada a partir de 2023 e uma consequente trajetória explosiva da dívida pública ao longo dos próximos anos.

Vladimir Kuhl Teles, ex-secretário de Guedes e atual economista-chefe da gestora de investimentos O3 Capital, calcula que a dívida bruta crescerá de maneira acelerada caso fosse incorporada nas contas públicas a partir de 2023 uma expansão adicional de R\$ 100 bilhões no nível de despesas, somada a uma expansão adicional no teto de 1% acima da inflação a partir de 2024.

Nesse caso, disse Teles à em outubro, a relação dívida bruta/PIB passaria dos atuais 77,5% para 91,3% em 2026 e continuaria em "trajetória explosiva" a partir daí —podendo superar 100% do PIB.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset e ex-diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente), vinculada ao Senado, disse à Folha em outubro, que a dívida bruta do governo pode subir cinco pontos percentuais na esteira da ampliação dos gastos e também do maior custo com juros da dívida pública — que fica mais cara diante da maior percepção de risco.

Segundo o economista, a "aceitação" do aumento de gastos pelo mercado, para que não haja pânico nem maiores instabilidades, vai depender não só do tamanho da fatura mas de sua composição — ou seja, o que é pelo lado do gasto e o que é pelo lado da receita.

"Em nenhum momento vejo essas discussões sobre despesas que estão dentro do teto. Não para tirar [do teto], mas para cortar", afirmou Juliana Damasceno, economista-sênior da Tendências Consultoria, no mês passado.

Entre as prioridades citadas pelos participantes da reunião para constar na PEC estão a manutenção do Auxílio Brasil de R\$ 600 por família, o benefício adicional de R\$ 150 por criança com até seis anos, o aumento real do salário mínimo e a criação de um novo (Sistema Único de Saúde) e as ações de saúde indígena e merenda escolar, além de recursos para obras, incluindo para um programa habitacional.

Só a criação de um dos R\$ 200 adicionais no Auxílio tem um custo estimado em R\$ 52 bilhões. Já o benefício adicional para as crianças é calculado em R\$ 18 bilhões.

No caso do mínimo, a regra em avaliação pela campanha (no base na média do crescimento dos últimos cinco anos) asseguraria um aumento de 1,3% a 1,4%. O impacto no Orçamento é de R\$ 6 bilhões, se o reajuste for aplicado já em janeiro, ou R\$ 3,9 bilhões, caso a vigência inicie em maio. No caso da fila do SUS, a

+ TCU diz que governo quer fornecer as informações e acredita em mudança tranquila

Ministros do TCU (Tribunal de Contas da União) se reuniram, na manhã desta quinta-feira (3), com os ministros Paulo Guedes, da Economia, e Ciro Nogueira, da Casa Civil, para tratar da transição de governo entre Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O encontro, a portas fechadas, ocorreu no âmbito do comitê criado pelo TCU para acompanhar a transição. Guedes e Ciro saíram sem falar com a imprensa. "Há uma grande receptividade por parte da equipe do atual governo, que quer fornecer as informações. E eu acredito que assim vai ocorrer de maneira serena e tranquila", afirmou o ministro Antonio Anastasia, do TCU, que será o relator do tema.

O ex-ministro, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB) e outros integrantes da transição estiveram nesta quinta no TCU (Tribunal de Contas da União) e receberam a sinalização de que a corte de contas vai colaborar no que for preciso para ajudar a destravar o Orçamento. Falta definir ainda se a PEC será apresentada na Câmara ou no Senado. Entre parlamentares do PT, há uma preferência de que a proposta inicie a tramitação no Senado, onde o ambiente é visto como mais favorável devido à proximidade entre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e aliados de Lula.

Nesse cenário, a Câmara teria menor margem para fazer mudanças no texto, uma vez que há necessidade de aprovação célere. Uma PEC precisa ser aprovada, com o mesmo texto, em dois turnos em cada Casa, por 308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores.

“ Não é um cheque em branco porque tem uma definição de valores a partir da lei orçamentária

Wellington Dias interlocutor do PT nas negociações do Orçamento, ex-governador do Piauí e senador eleito

equipe de Lula prevê uma necessidade de R\$ 10 bilhões para regularizar os atendimentos e promover uma ampla campanha de vacinação.

"Vamos tecnicamente definir cada ponto crítico para ter a definição dos valores", disse Wellington Dias.

Segundo ele, a PEC deve abrir exceção para essas despesas não só do teto de gastos mas também de outras regras fiscais, como a meta de resultado primário. A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023 autoriza um déficit de até R\$ 65,9 bilhões no ano que vem. Ampliar as despesas significa também um rombo maior, o que demandaria alteração na LDO.

Como não há tempo hábil para tantas mudanças legislativas, a opção é por uma PEC de alcance amplo para resolver o impasse do Orçamento no ano que vem. A chamada regra de ouro, que impede a emissão de dívida para bancar despesas correntes, como salários, também será atingida pelas exceções da proposta.

Um dos maiores desafios é justamente o tempo apertado. "O Auxílio tem que ser aprovado neste mês, porque a folha de pagamentos de janeiro é rodada em dezembro. Senão você deixa 20 milhões de pessoas sem renda", disse o ex-ministro Aloizio Mercadante, coordenador técnico da equipe de transição. Segundo ele, a PEC precisa tramitar em paralelo ao projeto de Orçamento.

"Já tem jurisprudência", disse Mercadante sobre o Congresso já ter aprovado PEC para abrir exceção para gastos fora da regra do teto.

O ex-ministro, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB) e outros integrantes da transição estiveram nesta quinta no TCU (Tribunal de Contas da União) e receberam a sinalização de que a corte de contas vai colaborar no que for preciso para ajudar a destravar o Orçamento.

Falta definir ainda se a PEC será apresentada na Câmara ou no Senado. Entre parlamentares do PT, há uma preferência de que a proposta inicie a tramitação no Senado, onde o ambiente é visto como mais favorável devido à proximidade entre o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e aliados de Lula.

Nesse cenário, a Câmara teria menor margem para fazer mudanças no texto, uma vez que há necessidade de aprovação célere. Uma PEC precisa ser aprovada, com o mesmo texto, em dois turnos em cada Casa, por 308 dos 513 deputados e 49 dos 81 senadores.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** 19 **Página:** A